

TESE PARA O XV CONFENASPS

Assinam esta tese:

Luís Fernando Rodrigues de Carvalho-RJ
Helenita dos Santos (Lelé)- MG
Walter Miranda – Receita Federal-Araraquara/SP
Rozária Araujo Lima/Saúde – SP
Heloisa D´Ólio – INSS-Araraquara/SP
José Carlos do Canto-RJ
Solange Miranda Lobo – RJ
Jenie Gravronsk – RJ
Eurisma Gomes-RJ
Anisio Ribeiro-INSS-Araraquara/SP.
Auro Medici-Saúde-Itápolis/SP.

!

ORGANIZAR OS DE BAIXO PARA DERRUBAR OS DE CIMA!

O ano de 2017 ficará para a história com o ano do centenário da Revolução Russa, mas também o centenário da primeira Greve Geral brasileira. Em julho de 1917 houve uma paralisação geral da indústria e do comércio no Brasil, como resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarco sindicalista. Naquele ano a mobilização operária foi uma das mais abrangentes e longas na história do Brasil. O movimento operário mostrou como suas organizações (Sindicatos e Federações) podiam lutar e defender seus direitos de forma descentralizada e livre, mas de forte impacto na sociedade. Esta greve mostrou não só a capacidade de organização dos trabalhadores, mas também que uma greve geral era possível.

A exemplo de 1917, neste ano de 2017 aconteceram importantes lutas. No entanto as mobilizações e lutas mais intensificadas deu o ponto de partida no dia 31 de março de 2017, com grandes atos públicos realizados em todo país, convocado pela CSP CONLUTAS Central Sindical e Popular e outras centrais e movimentos populares. No dia 28 de abril realizamos uma grande Greve Geral, infelizmente pouco divulgada pela grande imprensa, logicamente fazendo o jogo do governo Temer.

No dia 24 de maio de 2017, também tendo à frente as centrais sindicais, com destaque para a CSP CONLUTAS, implementaram o Ocupa Brasília. Somadas, essas ações organizadas conseguiram frear a Reforma da Previdência, prevista para o primeiro semestre, e desgastaram o Governo Temer, que ficou por um fio e teve chances reais de cair. O governo segue desgastado, mas ainda planeja novos ataques à nossa classe, por isso, precisamos continuar nossa organização para resistir e derrubar Temer e todos os corruptos. Michel Temer só não caiu porque abriu os cofres da União destinando mais de R\$ 3 bilhões para boa parte dos deputados federais.

Apesar de termos conseguido construir importantes dias de luta, neste processo ficou nítida a traição da cúpula de algumas centrais sindicais, que preferiram fazer acordos com Governo, a maioria em troca da manutenção da contribuição sindical obrigatória, e desmobilizar a classe no processo de construção da Greve Geral de 30 de junho, intensificando a agenda do ajuste fiscal. Com isso, Temer ganhou sobriedade e, em menos de um mês, aprovou a reforma trabalhista, conseguiu barrar as investigações que o acusavam de corrupção junto à Câmara dos Deputados, editou uma Medida Provisória (MP) para desmontar o serviço público com o Plano de Desligamento Voluntário (PDV), redução da jornada de trabalho com redução de salário e o estímulo à licença não remunerada. Agora, o Governo quer retomar a votação da Reforma da Previdência e aprová-la até outubro e outros pacotes de ataques, especialmente ao funcionalismo.

É possível derrotar todas essas reformas! Para isso, é urgente **reorganizar as lutas com ampla unidade da classe trabalhadora**, voltando a **construir os comitês de lutas** nos locais de trabalho, estudo e moradia. Temos que retomar as lutas; manter o estado de mobilização, denunciando as direções traidoras e apontar que a única saída que realmente poderá libertar a classe trabalhadora da opressão e exploração é construção de uma sociedade socialista. É necessário, e possível, **uma Greve Geral forte de 48 horas que derrote todas as reformas e coloque para FORA TEMER E TODOS OS CORRUPTOS DO CONGRESSO NACIONAL!**

Queremos nos apoiar no exemplo da Revolução Russa que mudou para sempre a história, ao provar que **é possível sim que a classe trabalhadora tome para si os rumos de suas vidas**. Nesse projeto, não pode haver espaço para as opressões, que nos dividem e enfraquecem, nossas diferenças não podem ser desigualdades. Somos **contra o racismo, o machismo e a LGBTfobia**.

Estes são os pensamentos que sempre nortearam a política praticada pela CSP CONLUTAS-Central Sindical e Popular e que, nesta tese, tentamos sistematizar através da **defesa de um sindicalismo combativo, baseado na independência de classe**, que tenha como eixo central a transformação social da vida da classe trabalhadora. **Assim é a CSP-Conlutas**, Central Sindical e Popular, que reivindicamos e apresentamos com bastante ênfase. Defendemos que é necessário ampliar a nossa participação na Central e fortalecê-la encaminhamos a filiação da FENASPS na mesma.

Convidamos todos e todas que participem conosco aderindo a esta tese assinando e debatendo com os delegados(as) e observadores(as) presentes neste Congresso. **Venham construir conosco** esse coletivo no interior da FENASPS, com o objetivo de retomar as lutas para colocar para Fora Temer, todos os corruptos e suas reformas. **Vamos lutar para a construção de uma sociedade socialista!** Vamos, juntos, **organizar os de baixo para derrubar os de cima!**

A CRISE INTERNACIONAL DO CAPITALISMO

A agenda neoliberal tenta colocar nas costas dos trabalhadores o pagamento da crise econômica que sentimos diariamente: a carestia, o desemprego, a piora dos serviços públicos, a falta de moradia etc. É a crise internacional do capitalismo mais grave desde 1929. Surgiu há cerca de 10 anos, nos Estados Unidos e arrasou economias de países inteiros.

Foi neste cenário que vimos as lutas contra os planos de austeridade em anos anteriores na Europa, especialmente nos países mais atingidos, como Grécia, Portugal e Espanha. Nem os países ricos, como a França, ficaram atrás e o governo de François Hollande realizou grandes ataques aos trabalhadores, retirando direitos históricos. Até mesmo a China, que apresentava e ainda apresenta percentuais de crescimento acima da média mundial, teve uma desaceleração econômica, implicando na queda do preço das matérias-primas compradas de outros países e levando à queda do PIB¹ da América Latina. O crescimento do PIB da América Latina foi negativo em 2015 e 2016, caindo 0,5% no ano de 2015 e 1% no ano de 2016, segundo a OCDE-Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que é um órgão capitalista que defende a economia de mercado, mas que nos mostra algum indicador para refletirmos.

Com esses impactos, a América Latina entra em cena em uma conjuntura de lutas. Na Argentina, gigantescas mobilizações questionam o governo Macri que é marcado por centenas de milhares de demissões, 6 milhões padecem de fome e uma de cada dez famílias não pode alimentar todos os seus membros. Nas ruas do Chile, dois milhões protestaram contra a nova lei da previdência. No México, o governo Peña Nieto tinha apoio de apenas 8% da população no início do ano, o mais baixo de toda a história do país e tiveram vários levantes regionais. No Paraguai, milhares de pessoas em Assunção ocuparam e queimaram o Congresso Nacional em protesto contra o decreto que possibilita a reeleição do presidente Cartes (Partido Colorado) e de Fernando Lugo (ex-presidente que se diz de esquerda).

Há crises, mobilizações e insatisfação em todos os países e a Venezuela ganha destaque porque põe em xeque o auto-intitulado “socialismo do século 21”, um modelo econômico que, encabeçado pelo falecido Hugo Chávez, é reivindicado e defendido por grande parte da esquerda mundial. No entanto,

¹ Produto Interno Bruto (PIB): é a soma de tudo o que é produzido em um país

nada tem de socialismo e o que chavismo fez foi manter e aprofundar o modelo de acumulação chamado rentista petrolero ao mesmo tempo em que desindustrializou o país, gerando uma enorme dependência do petróleo, cuja receita representava 90% dos recursos do Estado.

O modelo de acumulação conseguiu funcionar mais ou menos bem enquanto os preços do petróleo permaneceram altos. Por conta do alto preço do barril no governo Chaves a receita do país aumentou significativamente, permitindo o pagamento da dívida externa, a concessão das *missiones* (o “bolsa família” venezuelano), a nacionalização de algumas indústrias, a oferta de negócios a outros setores burgueses e, como resultado dos incentivos dos governos, surgiu uma nova burguesia ascendente, a boliburguesia. A boliburguesia, que tem na cúpula das forças armadas um importante peso, enriqueceu às custas da corrupção com dinheiro público e hoje é a grande apoiadora do governo, não querendo perder seus privilégios..

Assim, o chavismo é um governo nacionalista burguês, que teve atritos parciais e uma retórica contra o imperialismo norte-americano, o que lhe rendeu grande prestígio em toda a América Latina. Foi assim que, em 2002, Bush armou um golpe contra Chávez. As massas reagiram violentamente, iniciando uma nova insurreição que derrotou o golpe e só parou com o retorno de Chávez dois dias depois. O imperialismo aprendeu e passou a conviver com os governos chavistas e a utilizá-los para manter a exploração do país.

A Venezuela é o terceiro maior fornecedor de petróleo para o EUA, que é seu principal parceiro comercial. Exportou 270 milhões de barris até junho de em 2017, ou US\$ 11 bilhões. Esse número já superou 500 milhões de barris por ano, ou cerca de US\$ 50 bilhões. Tanto dinheiro não serviu para trazer independência ao país. Não foi construído um parque industrial que livrasse a Venezuela da importação de produtos básicos, e as multinacionais não foram estatizadas. O dinheiro foi usado para pagar US\$ 60 bilhões da dívida externa nos últimos anos e oferecer títulos públicos com juros de 70% ao ano aos especuladores financeiros. *(Opinião Socialista n° 540-Internacional, pg. 11)*

Desta forma, Chávez foi reeleito em 2006 e em 2012, e morreu em 2013. Maduro, vice-presidente de Chávez, assumiu o governo e depois foi eleito presidente em abril daquele mesmo ano. Mas com a crise econômica, veio a queda dos preços do petróleo que derrubou a base material do chavismo. Desde 2014, o país vive uma depressão poucas vezes vista na história.

O governo de Chávez foi favorecido pelo aumento constante do preço do petróleo. Em 1999, quando assumiu, o preço do barril era US\$ 10. A partir de 2008, porém, passou dos US\$ 100. Atualmente o preço do barril é R\$ 48 em Nova York. Durante todos esses anos, o Socialismo do Século 21 e sua burguesia foram movidos pela receita de exportação enquanto a população pobre recebia as migalhas distribuídas pelas *Missiones*. Contudo, o preço do barril de petróleo caiu pela metade em 2015. A redução do PIB²/PIB foi brutal, e a guerra entre as duas facções de capitalista começou. *(Opinião Socialista n° 540-Internacional, pg. 11)*

Para impor esse golpe, a repressão é duríssima. Mais de 130 mortos e 500 presos. Além dos ataques das Forças Armadas e da polícia, existem os “coletivos”, que são grupos paramilitares que reprimem as mobilizações e matam os opositores. Existe um golpe na Venezuela, dado pelo governo Maduro. Um governo que não tem nada de “socialista”, nem de “anti-imperialista”. É um governo burguês, corrupto, repudiado pelas massas e apoiado por parte importante da esquerda reformista em todo o mundo.

Por outro lado, o imperialismo, interessado no petróleo barato, pressiona Maduro com sanções diplomáticas com uma farsa “em defesa da democracia”. Na verdade reflete, essa é uma disputa para retirar a boliburguesia do poder e garantir que a burguesa apoiada pelo imperialismo retome o poder no país. Não se trata, portanto, de um “golpe militar imperialista”, mas sim das mesmas tensões que ocorrem na América Latina com a ruptura dos setores populares com os governos tanto de conciliação de classes, como nacionalistas burgueses ou burgueses tradicionais.

A CRISE DOS GOVERNOS NA AMÉRICA LATINA

Os governos são diferentes, e durante 13 anos vivemos no Brasil um governo de colaboração de classes. Esse modelo tem sua principal expressão iniciada na Rússia, em 1917, no processo da

² Produto Interno Bruto (PIB): é a soma de tudo o que é produzido em um país

Revolução Russa. Havia uma enorme tensão social no país, as massas tinham derrubado o czar, organizado os sovietes³, ocupado fábricas e latifúndios. Para conter as mobilizações, assumiu um Governo Provisório, composto pelos maiores partidos de esquerda da Rússia (os mencheviques e os socialistas-revolucionários), junto com a burguesia, consumando um governo de conciliação de classes, ou seja, formado entre representantes dos capitalistas e dos trabalhadores.

Mais tarde, a literatura marxista chamou de governos de Frente Popular, como foram os governos do PT no Brasil, do MAS de Evo Morales na Bolívia e o do PS de Bachelet no Chile. Trata-se, portanto, de um governo diferente dos governos tradicionais burgueses, que são compostos pelos setores da burguesia, os representantes do capitalismo.

No entanto, são governos que têm como objetivo administrar o capitalismo, assim como os governos burgueses, ou seja, garantindo os interesses das burguesias. Quando os governos de conciliação de classes ou os governos do tipo nacionalistas burgueses (como o de Kirchner e o do chavista Maduro) perdem popularidade por aplicar a política neoliberal, vivem profundas crises e o imperialismo busca alternativas burguesas. Para tanto, descartam esses governos para compor novos governos burgueses, que possam seguir aplicando seus planos. Assim Lugo foi destituído no Paraguai, em uma manobra parlamentar em 2012 e, em 2013, o colorado Horácio Cartes ganhou a eleição. No Brasil foi Temer, pelo *impeachment* e na Argentina, Macri, pelas eleições.

Desta forma, o que vemos na América Latina é que as crises são frutos do desgaste dos governos devido à implementação dos planos neoliberais e à ruptura das massas com eles. Essa crise atinge os governos de todas as origens, como se vê na atual crise do México (tradicional governo de direita) e do Paraguai. Ou seja, a América Latina vive um acirramento da luta de classes, com uma forte polarização e instabilidade em países-chaves e não uma onda à direita.

Isso significa que, neste cenário de crise econômica internacional, está também o aumento da crise política, da instabilidade dos governos, das lutas em diversos países do mundo. É neste contexto que se localizam as crises dos governos, que se chocam com as massas ao aplicar a política neoliberal.

DIREITO NÃO É MERCADORIA COMO ACONTECE NO ESTADO MÍNIMO NEOLIBERAL

No início dos anos 90, logo após a Constituição Federal (CF) de 1988, a classe trabalhadora comemorava algumas conquistas fruto das grandes lutas que aconteceram no país na década de 80. Mas, mal foi promulgada a CF e a classe trabalhadora sequer pode sentir os efeitos de seus artigos progressivos: já na primeira eleição após o fim da ditadura, Collor é eleito e trazendo a agenda neoliberal para o Brasil. Nesta agenda, os pequenos avanços que havíamos conquistados foram, gradativamente, caindo. Os mecanismos usados pelos sucessivos governos (Sarney, FHC, Lula, Dilma ou Temer) foi de retirar, aos poucos, os artigos progressivos da CF através de Emendas Constitucionais (EC) ou simplesmente não regulamentá-los. Um exemplo dessa não regulamentação é o imposto sobre grandes fortunas que, quase 30 anos depois da CF, é apenas palavras ao vento.

No mesmo sentido, os poucos direitos conquistados foram transformando-se em mercadoria, a exemplo da educação, saúde e previdência. Até as cadeias públicas e a segurança estão se transformando cada vez mais em negócio.

Quando estes efeitos começaram de forma acelerada na década de 90, uma das principais bandeiras dos movimentos era: direito não é mercadoria! No entanto, nem mesmo os Governos do PT ouviram essas bandeiras e Lula inicia seu primeiro mandato atacando o funcionalismo com a reforma da previdência em 2003, seguido de sua sucessora, Dilma que instituiu o FUNPRESP.

Além do ataque à previdência, a agenda neoliberal dos governos do PT legalizou os transgênicos, instituiu as Parcerias Público-Privadas, criou o novo código florestal, a lei antiterror e diversas outras medidas de interesse do grande capital. Todas essas medidas se subordinavam ao imperialismo e beneficiaram o setor financeiro, as multinacionais, o agronegócio, as empreiteiras e os mais ricos. Em entrevista ao diário britânico Financial Times publicada nesta segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o setor privado nunca ganhou tanto como no governo dele. No governo Lula, de

³ Sovietes é o nome russo para conselhos de trabalhadores e camponeses. Esses conselhos foram criados em 1905, durante a primeira Greve Geral de trabalhadores, quando as fábricas de Petrogrado e as organizações sindicais enviaram delegados a um Comitê de Greve Central que foi chamado de Conselho dos Deputados dos Trabalhadores

2003 a 2011, a dívida pública saltou de R\$ 1,2 trilhão para R\$ 3,7 trilhões. Os governos Lula e Dilma pagaram R\$ 7,16 trilhões entre juros e amortizações. Há anos o pagamento da dívida pública interna e externa vem consumindo quase metade de toda receita recebida pela União.

Neste embalo de favorecimento dos banqueiros, especuladores imobiliários e grandes empresários como, por exemplo, a JBS e a Odebrecht, no ano de 2007 o governo Lula deu continuidade a uma das maiores políticas de desmonte da seguridade social, rumo à privatização. Enviou para o Congresso projeto de lei que se transformou na Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, promovendo a fusão dos Auditores Fiscais da Receita Previdenciária com os Auditores Fiscais da Receita Federal. A partir da fusão todos os Auditores Fiscais da Receita Previdenciária foram todos lotados na Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Com a fusão o INSS deixou de ser um órgão arrecadador. Todas as receitas de contribuições previdenciárias passaram para os cofres da Secretaria da Receita Federal do Brasil, facilitando a manipulação e a malversação da receita de contribuições previdenciárias. A partir de 2010, por exemplo, o governo Lula, atendendo os pedidos dos empresários, principalmente dos fabricantes de veículos, implantou a desoneração da folha de pagamento, retirando as contribuições sobre as remunerações pagas aos empregados e passando a cobrar sobre o faturamento. Com isso, até o ano de 2016 houve uma queda na arrecadação das contribuições previdenciárias, conhecida como renúncia fiscal, no montante de R\$ 446,3 bilhões. Assim, não há Seguridade Social que resista.

Ainda na gestão do PT, sobre o governo Dilma, continuou um ciclo de retrocessos na história do país. Há uma clara sinalização de ataques aos direitos dos trabalhadores, com o desmonte da seguridade social, extinguindo o Ministério da Previdência Social e transferindo o INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Tudo passou a ser preparado para que o INSS, daqui a pouco, só cuide dos pagamentos de benefícios com valores próximo ao salário mínimo. Assim, tudo caminha para o enfraquecimento do INSS e o fim do princípio da seguridade social garantido na Constituição Federal, e o fortalecimento da Previdência Complementar Privada.

Com está política iniciada pelo PT e complementada com mais força e rapidez pelo governo Temer, mesmo com a crise, os banqueiros e os ricos ficaram mais ricos e a desigualdade entre os mais ricos e o restante da população aumentou. A política de transferência de rendas para os ricos foi camuflada com o ciclo de crescimento econômica vivido na época, garantindo migalhas através programas de transferência de renda compensatórios do Banco Mundial e com continuidade no governo Temer. No ano de 2015, por exemplo, o governo Dilma desembolsou apenas R\$ 26,9 bilhões com o pagamento de bolsa família, contra R\$ 530 bilhões com pagamento de juros (bolsa banqueiro).

Com a crise internacional, no último governo de Lula e início do primeiro mandato de Dilma, os governos do PT passam a adotar uma política de estímulo do consumo através do crédito. Uma política que rapidamente se esgotou, desmascarou as profundas desigualdades sociais e deixou milhares de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente os servidores públicos e beneficiários do INSS, altamente endividados ao mesmo tempo em que cresciam os efeitos da crise. Com isso, toda a sensação de melhora da condição de vida, despencou de maneira acelerada.

O primeiro reflexo deste impacto foi sentido em 2012 com o aumento do número de greves em todo o país, seguido das grandes mobilizações que tomaram as ruas em junho de 2013 dizendo “não é por R\$ 0,20”. Ou seja, a população já não suportava as políticas de estado mínimo adotadas nas últimas décadas, desejando mais estado, mais serviços públicos de qualidade.

Embora naquele momento os trabalhadores e trabalhadoras não estivessem organizados enquanto classe, lamentavelmente pela omissão da CUT que passou a ser governista, as mobilizações e greves intensificaram e o número de sindicalizados no país subiu: em 2004 eram 4,8 milhões de sindicalizados no país; em 2014 esse número foi para 8,3 milhões, chegando próximo a 14 milhões em 2016, de acordo com dados do MTE. O próprio MTE reconhece, em outra pesquisa, que estes dados podem ser maiores, ultrapassando 18 milhões de sindicalizados.

A contradição desses números é que, no mesmo período, houve um crescimento da taxa de desemprego. Ou seja, com a intensificação da crise econômica e do desemprego, aumenta o número de sindicalizados, das greves e das lutas. Foi este o cenário de polarização social que se intensificou no último período e o governo de colaboração de classes no Brasil entrou em declínio, junto com a intensificação do caos social.

PLANOS DE AJUSTE ECONÔMICO: A INTENSIFICAÇÃO DO CAOS SOCIAL

Ao aplicar os planos de ajuste fiscal como forma de garantir os altos lucros dos grandes empresários e dos banqueiros, os governos são cada vez mais pressionados por grandes mobilizações e acumulam desgastes em todo o mundo. No Brasil, o Governo Temer, apoiado pelo Poder Legislativo (deputados e senadores), o Judiciário e a burguesia (patronal da indústria, do setor financeiro, de serviços e do agronegócio), aplicam esses planos através das reformas. Assim foram aprovadas a Lei das Terceirizações e a Reforma Trabalhista. A Reforma da Previdência, em tramitação no Congresso, e medidas como a MP do PDV. Para o plano de lucros da burguesia. Trata-se, portanto, de uma política sistemática de atacar direitos e conquistas dos trabalhadores e do povo pobre.

Neste contexto de retirada de direitos, o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, através da chamada PEC do teto, afeta não só o funcionalismo, mas sim a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras porque ataca principalmente a saúde e a educação, estendendo-se às já poucas políticas de moradia, saneamento básico, segurança pública, seguridade social e todos os serviços públicos. Tudo isso para garantir cada vez mais que o dinheiro público seja repassado ao pagamento da dívida. Neste contexto de retirada de direitos, segundo o IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a saúde pode perder até R\$ 743 bilhões nos 20 anos de vigência da PEC 55/2016.

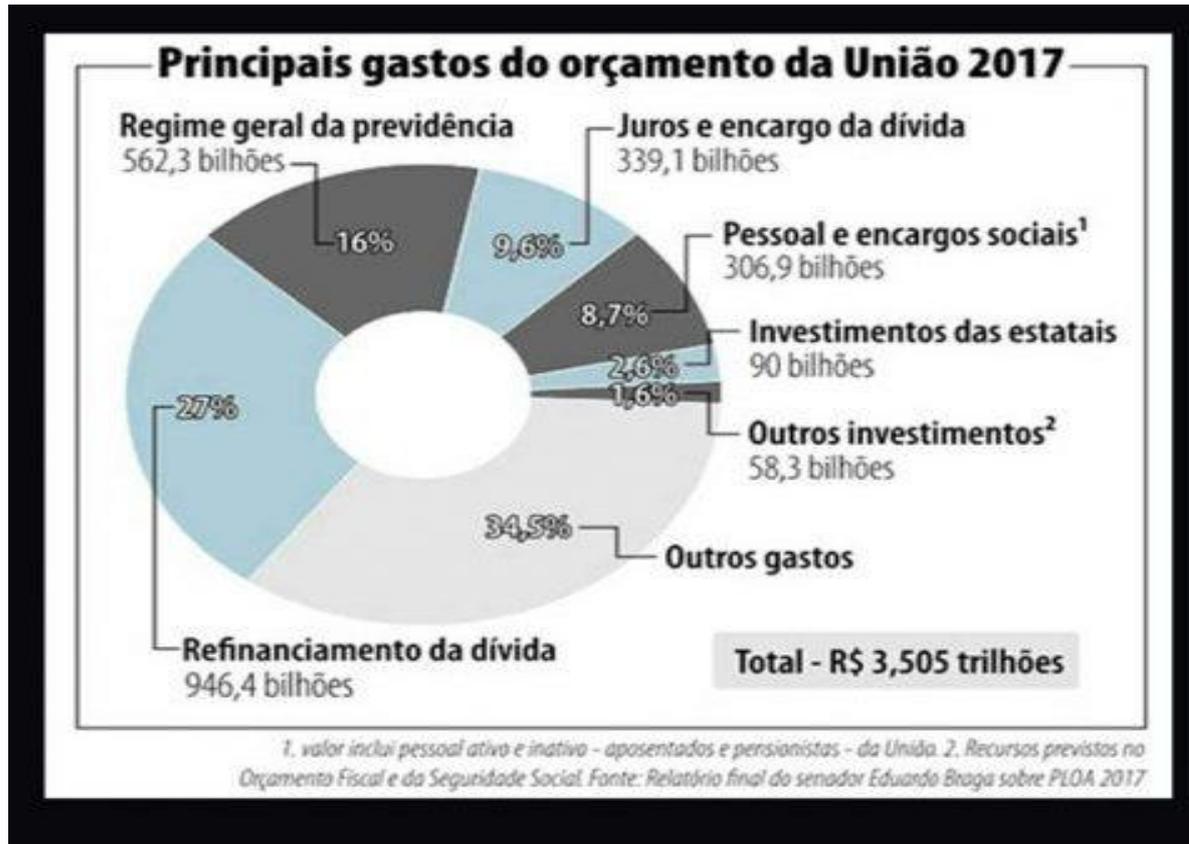
No ano de 2016 mais de dois milhões de trabalhadores perderam seus planos de saúde e migraram para o SUS, que ao invés de ter mais investimentos, foi vítima de altos cortes do orçamento. Na saúde todos os dias os meios de comunicação mostram o caos em todo Brasil, por falta de recursos aplicados pelas três esferas de governo, municipal, estadual e federal. O governo Dilma (PT) destinou para a saúde, respectivamente, 4,3% do Orçamento no ano de 2013, 4,0% no ano de 2014 e 3,5% no ano de 2015. A partir de 2016 o governo Temer vem reduzindo os gastos. O resultado é que cada vez mais estamos vendo o caos.

Desta forma, as políticas do Governo Temer, ao invés de melhorarem a vida da população, na verdade só intensificam os problemas sociais. Os dados reforçam o caos social: o déficit habitacional ultrapassa 6 milhões de moradias e, em 2015, mais de 15 mil moravam nas ruas só na capital paulista, na contramão do crescimento populacional que é 0,7% ano enquanto a população de rua cresce 4,1%. Além disso, cerca de 50% dos brasileiros não têm acesso à rede de esgoto e 70 milhões não têm acesso contínuo à água potável.

A degradação social impulsiona o aumento da violência, colocando o Brasil como recordista no atlas da violência de 2016: 1 a cada 10 vítimas de violência letal no mundo reside em nosso país, que tem o maior número absoluto de homicídios no mundo! O Brasil também é campeão em mortes de travestis e transexuais que, segundo dados do Grupo Gay da Bahia, só em 2016, foram 127, ou seja, uma morte a cada três dias. Acumulando números assustadores de violência, o Brasil é o quinto país com a maior população de mulheres encarceradas, que aumentou 567% para a população feminina no período de 2000 a 2014. Quase dois terços da população penitenciária feminina é negra, pobre e jovem.

Esses dados reafirmam que as políticas do Governo embora ataquem a classe trabalhadora de conjunto, têm um peso e impacto ainda maior sobre a população oprimida: negros e negras, mulheres e os setores LGBT são os que são mais penalizados. Uma hierarquia que transpassa os governos, tanto do PT como o Governo Temer. Foi sob os efeitos dos impactos da crise econômica, da falta de Estado e intensificação do caos social que a polarização social se acirrou no Brasil, levando a gigantescas mobilizações que entraram para a história.

A crise se agrava muito mais com os gastos do Tesouro Nacional orçado para o ano de 2017. Abaixo demonstramos o quadro dos principais gastos previstos. Vejam os gastos com juros e encargos da dívida e com o refinanciamento da dívida.



2017: O ANO QUE ENTROU PARA A HISTÓRIA

Em 2012 foi registrado um gigantesco aumento das greves no país. Na sequência, vieram as grandes mobilizações de junho de 2013 e a polarização social se intensificou. A própria FENASPS protagonizou greves importantes em 2015 e 2016 e vimos, nesse mesmo período, fábricas sendo ocupadas, onda de ocupações de escolas e mobilizações estudantis por todo o país. As lutas colocaram a classe trabalhadora e o povo pobre na dianteira do enfrentamento ao ajuste.

Foi neste cenário que o ano de 2017 entrou para a história. As lutas passaram a contar com a classe trabalhadora organizada, com as mulheres impulsionando o início das mobilizações no país já no início do ano. Seguindo o chamado da greve mundial de mulheres, o Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora, 08 de março, foi fortemente marcado pela luta contra a reforma da previdência, no Brasil, servindo como alavanca para as grandes mobilizações daquele mês.

As ruas foram tomadas, as bases pressionavam suas direções sindicais e a necessidade da Greve Geral que já apontávamos há anos atrás virou realidade: o dia 28 de abril entrou para a história do Brasil! Milhões de trabalhadores cruzaram os braços, pararam a produção e a circulação de mercadorias e de pessoas. Foi uma greve política, uma greve contra o Governo Temer e suas reformas. Foi um dia de unidade entre os trabalhadores empregados e desempregados, organizados em sindicatos do campo e da cidade ou em movimentos populares, movimentos de luta contra a opressão e a juventude.

A classe trabalhadora, com destaque para os servidores públicos, incluindo os servidores do seguro social e saúde, se manteve organizada e realizou um dos maiores atos em Brasília, em 24 de maio de 2017. Depois do anúncio em rede nacional dos escândalos de corrupção de Temer, o sucesso da ocupação em Brasília atordoou o Governo, que tentou desmobilizar o movimento através de um violento ataque aos manifestantes em Brasília. O movimento reagiu e a resistência dos trabalhadores por mais de 3 horas às bombas de Temer desgastaram ainda mais seu governo.

Com isso, o Governo Temer muda a tática e passa a apostar na reforma trabalhista. Para garantir a aprovação da reforma, Temer negocia com algumas centrais sindicais a troca do imposto sindical pelo recuo nas mobilizações. Essas negociações foram anunciadas pelas mídias, dizendo que a Força Sindical e a UGT estavam na linha de frente. Embora essas centrais tenham vindo a público

desmentir as notícias, mostraram o oposto em suas ações e desmobilizaram a Greve Geral do dia 30 de junho. Na mesma linha, a CUT e CTB que tiveram vários ativistas envolvidos nas mobilizações, através de suas cúpulas, negociavam nos bastidores para desmobilizar o movimento.

Ao puxarem o tapete da Greve Geral, as cúpulas dessas centrais ajudaram a dar sobrevida a Temer e à aprovação da reforma trabalhista. Assim se deu a traição que, diante da possibilidade real da queda de Temer, ao invés de apoiar a força crescente do povo pobre e trabalhador, as burocracias sindicais, preferiram negociar o imposto sindical e aderir um projeto eleitoral chamado de *Frente Ampla pelas Diretas Já*.

FRENTE AMPLA: A REEDIÇÃO DO PROJETO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES

A *Frente Ampla pelas Diretas Já* tem como objetivo central a campanha por eleições diretas presidenciais e colocam isso claramente em seu manifesto dizendo que “*a saída desta crise depende fundamentalmente da participação do povo nas ruas e nas urnas. Só a eleição direta, portanto a soberania popular, é capaz de restabelecer legitimidade ao sistema político*”⁴. Entre as organizações que assinaram o manifesto da *Frente Ampla pelas Diretas Já* estão: Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, CUT, CTB, Central Intersindical, MAIS, PCdoB, PT, PSOL.

Em suas bandeiras, sequer mencionam o corrupto Congresso Nacional e prepararam o terreno para as eleições de 2018, ou seja, atrás desta Frente está escondida a candidatura de Lula à presidência, reeditando o programa de conciliação de classes dos governos do PT. Um programa que segue a cartilha neoliberal e que Lula já afirmou: “seria falso dizer que eu vou anular tudo”, referindo-se às reformas de Temer e à possibilidade de se eleger em 2018. Afinal, os governos do PT de Lula e Dilma também seguiram a agenda neoliberal aplicada pelos Governos Collor e FHC, claramente neoliberais, e que seguem mais intensamente com o Governo Temer.

CRISE POLÍTICA E DE REGIME: COLOCAR PARA FORA TEMER E TODOS OS CORRUPOTOS

O governo Temer segue fortemente marcado pela corrupção e, após a condenação do ex-presidente Lula (PT), em primeira instância pelo juiz federal Sérgio Moro, ligou o botão do salve-se quem puder do “Caixa 2” de campanha em Brasília. Foi assim que, diante da denúncia por corrupção passiva, oferecida pela Procuradoria Geral da República, Temer foi para o tudo ou nada, para não ser afastado do cargo de presidente. Um governo, que mesmo com uma baixíssima popularidade, garantiu a votação contra sua corrupção com mais corrupção: foram negociados a compra de votos de deputados, distribuição de cargos, emendas, liberação de grilagem, perdão e renegociação de dívidas de ruralistas e redução da taxa de contribuição em torno de 40%, abrindo mão de R\$ 10 bilhões em arrecadação das contribuições previdenciárias rural nos próximos anos.

O balcão de negócios rolava solto, enquanto mais de 80% da população defendia a abertura do processo contra Temer e assim, os mesmos deputados que se fartaram das propinas oferecidas pela Odebrecht e pela JBS/Friboi, votaram contra abertura de investigação de Temer, levando mais de R\$ 3,2 bilhões em recursos decorrentes de cooptações para votar a favor de Temer.

Desta forma, o vice de chapa de Dilma ganhou sobrevida para continuar o governo igualmente comprometido com o ajuste e com a agenda neoliberal. Afinal, não é à toa que o comandante da economia brasileira durante longos anos no Governo petista, foi Henrique Meirelles, o mesmo que hoje comanda a economia nacional no Governo Temer. Essa situação de disputa pela chave do cofre da nação, têm enfraquecido e levado a uma crise do regime, com o avanço da Lava Jato, na qual os podres poderes da República estão profundamente desgastados e questionados pela população.

De um lado, a burguesia tradicional (PSDB, PMDB, DEM), do outro, os novos ricos, que estão na direção do PT e aliados. São lados de uma mesma moeda, que lutam para se manter ou voltar ao poder, utilizando para isso todos os mecanismos possíveis, como aprofundar o fisiologismo no Congresso Nacional para aprovar as reformas ou patrocinar, por parte do PT/CUT, no movimento de massas, traições como a verificada no desmonte da greve geral do dia 30 de junho, que facilitaram a aprovação da reforma trabalhista.

⁴ Extraído do manifesto de convocação da *Frente Ampla pelas Diretas Já*.

Defendemos que a única maneira de derrubar Temer e impedir seu plano de ajustes contra os trabalhadores é seguir nas ruas. Afinal, as lições da história nos mostram que não podemos reeditar o programa de conciliação de classes que leva a falsas ilusões e mantém a mesma política de ataque à classe trabalhadora. Só a mobilização de todos poderá ser vitoriosa contra o governo, por isso precisamos organizar as lutas pela base e para isso é fundamental a criação de comitês de lutas contra essas reformas nos bairros, nos locais de trabalho. Podemos unificar setores importantes da classe trabalhadora e não permitir a retirada de nenhum direito.

RETOMAR AS MOBILIZAÇÕES CONSTRUIR OUTRA GREVE GERAL

O que dificulta o governo Temer aplicar os ajuste fiscais é a ação real do movimento de massas nas ruas. Vimos isso acontecer: a proposta do Governo era aprovar a reforma da Previdência ainda no primeiro semestre de 2017, mas com o avanço das mobilizações, o Governo foi obrigado a recuar. Depois das lutas que marcaram o mês março, a grande Greve Geral de abril e Ocupa Brasília, o Governo Temer aumentou seu desgaste. Com isso, Temer aposta nas negociações com as direções traidoras do movimento e ganha sobrevida. Mas, se por um lado fomos duramente atacados, por outro tiramos lições da história. Assim, tanto as traições que vimos como três décadas que se passaram, nos permitem chegar às seguintes conclusões:

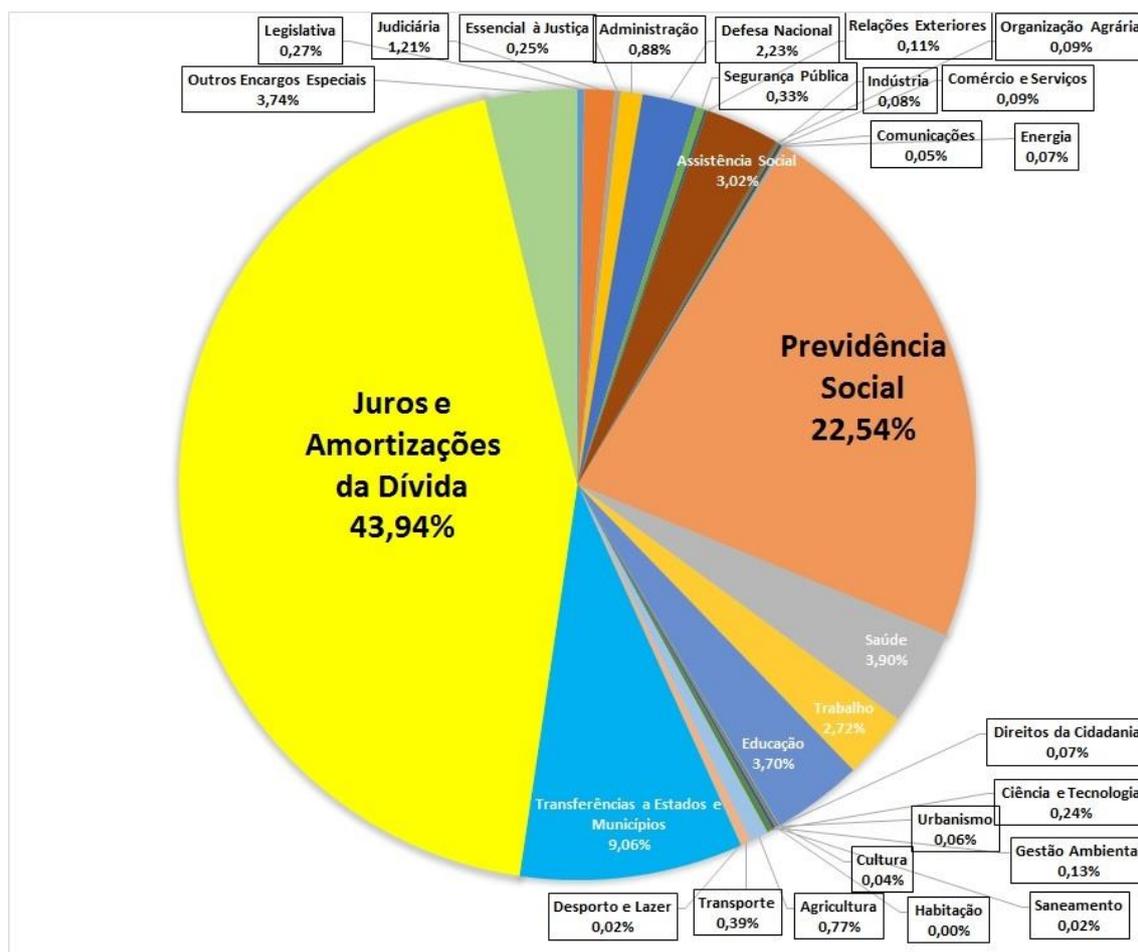
- somente a luta organizada dos trabalhadores é capaz de conseguir avanços para a classe trabalhadora;
- todas as conquistas são retiradas quando a classe se desmobiliza e suas direções as traem;
- todas as conquistas são ilusórias e pontuais no capitalismo.

É neste sentido, de não alimentar falsas ilusões, de fortalecer a organização da classe trabalhadora e manter nossas estratégias no horizonte, que defendemos que é necessário reafirmar uma política de classe, independente da burguesia, das direções traidoras e do projeto de conciliação de classe trabalhadora. Desta forma, poderemos retomar as lutas, manter o estado de mobilização e apontar que a única saída que realmente poderá libertar a classe trabalhadora da opressão e exploração é construção de uma sociedade socialista. Para isso, é necessário e possível, uma Greve Geral de 48 horas que enterre a Reforma da Previdência, derrote a reforma trabalhista e a lei das terceirizações, derrube a PEC do teto e todas as medidas de ataque ao funcionalismo.

Só nas ruas é que conseguiremos colocar para FORA TEMER E TODOS OS CORRUPOTOS DO CONGRESSO NACIONAL! Só nas ruas poderemos impedir os ataques futuros do governo Temer, como por exemplo o adiamento do reajuste salarial em janeiro de 2018.

Este é o desafio que queremos impulsionar no XV CONFENASPS, para chegarmos ao Congresso com a classe mais fortalecida. Por isso queremos debater um projeto de sociedade dos trabalhadores, independente dos patrões e dos banqueiros. É nestes marcos que queremos fazer um diálogo especial sobre a crise social e econômica e os ataques do governo Temer e seus sucessores no desmonte do INSS, já que o Ministério da Previdência Social foi deletado da estrutura do Estado Brasil.

Está caminhando rápido o sucateamento da saúde pública visto que, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, no ano de 2016, o governo Temer destinou somente 3,90% da receita da União para a saúde pública, o que é nada diante das necessidades reais deste serviço público que é, com certeza, o mais importante serviço público do país. Por outro lado destinou 43,94% para pagamento de juros e encargos da dívida pública. (Veja gráfico – Quadro “I” abaixo) Em nenhum momento Henrique Meireles e Temer falam em reduzir radicalmente os juros e encargos da dívida pública brasileira, pois afetam os lucros dos banqueiros.



A PRECARIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL PÚBLICA

A piora da condição de vida reflete o projeto de Estado mínimo que passa pelo desmonte da Previdência e Saúde. O governo Temer vem encaminhando o tele-trabalho no INSS, não contrata os servidores concursados e anuncia o PDV. No embalo da Reforma Trabalhista, que entrará em vigor no mês de novembro, e da Terceirização, está evidente que os postos de trabalho, Agências da Previdência Social serão paulatinamente reduzidos e os servidores substituídos por trabalhadores da iniciativa privada, via terceirização, trabalhando em condições precárias com salários bem abaixo dos atuais servidores.

Este processo que está se iniciando no INSS, foi adotado no Brasil em relação ao SUS, reconhecendo o município como principal responsável pela saúde da população. Municipalizou e transferiu para as cidades a responsabilidade e os recursos necessários para exercerem plenamente as funções de coordenação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria da saúde local, controlando os recursos financeiros, as ações e os serviços de saúde prestados em seu território.

Este processo se intensificou no governo FHC e tomou corpo no governo do PT (**esperar contribuição de companheiros(as) servidores (as) do SUS**). Não se falou mais em concurso público para servidores federais da saúde e o número de aposentados cresceu intensamente. Os servidores federais foram sendo substituídos por municipais e estaduais e também por terceirizados.

A conclusão que podemos tirar da política de seguridade social sob os Governos de FHC, Lula, Dilma, Temer é muito simples: menos para o serviço público e mais para empresários e banqueiros. Analisando o cenário brasileiro, não é difícil concluir que o modelo de gestão da saúde pública está errado. O SUS atende a 206 milhões de pessoas. A saúde suplementar privada fica com 48,3 milhões de

usuários, segundo a ANS (Agência Nacional de Saúde), que informa que temos 6.690 hospitais em todo Brasil, sendo 70% privados, 21% municipais, 8% estaduais e 1% público federal.

Ainda, segundo a ANS, no Brasil apenas 12% dos hospitais tem 200 leitos. No Estado de São Paulo, até 2014, 17 mil leitos hospitalares estavam ociosos, a maioria deles no interior, em instituições com menos de 50 leitos, cujo custos ultrapassam a receita. Os poucos hospitais federais concentram-se em capitais. Nos municípios com até 50 mil habitantes, segundo o CRM-Conselho Regional de Medicina, as Prefeituras não estão preparadas para gerir um negócio complexo como um hospital.

Com o desmonte da Seguridade Social, a Saúde será a mais prejudicada, pois precisa de um conjunto de reformas urgentes do SUS, o que somente poderá ocorrer com recursos tributários, informatização, estruturação das unidades de saúde com equipamentos cibernéticos e robóticos, intensa fiscalização pelos órgãos fiscalizadores federais e estaduais. Também é preciso investimento em educação pública, com formações de técnicos e profissionais de curso superior em universidades públicas equipadas com laboratórios de pesquisa.

Toda a estrutura acima não pode ser implantada sem, pelo menos, a destinação do dobro de recursos atualmente gasto (Em 2016, a nível federal, apenas 3,90% da arrecadação da União).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA CILADA CONTRA OS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS

O governo Temer e anteriores nunca demonstraram corretamente o Fluxo de Caixa da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência social). Até a fusão da fiscalização previdenciária com a fazendária no ano de 2007, parte das contribuições para a seguridade social era arrecadada pelo INSS, através da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), vinculada ao Ministério da Previdência Social, e parte pela Secretaria da Receita Federal (SRF), vinculada ao Ministério da Fazenda.

A SRP arrecadava as contribuições sobre as remunerações dos trabalhadores empregados, autônomos e algumas contribuições sobre comercialização de produtos rurais, concursos e prognósticos. A SRF arrecadava contribuições para o PIS/PASEP, COFINS, Contribuições sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas. A SRF nunca repassou corretamente para os cofres do INSS as contribuições que arrecadava. Em 2015, por exemplo, a arrecadação das contribuições antes vinculadas à SRF totalizou R\$ 313,5 bilhões e as vinculadas ao SRP totalizou R\$ 357,4 bilhões. Assim, o total da arrecadação para a Seguridade Social foi R\$ 670,9 bilhões.

O Fluxo de Caixa do INSS que sempre foi divulgado, considera a receita de R\$ 357,4 bilhões e parte dos R\$ 313,5 bilhões. O Tesouro Nacional se apropriava do valor arrecadado pela SRF e destinava para outras despesas, dentre elas o pagamento de juros e encargos da dívida pública. Assim, os governos, desde FHC, passando pelo Lula/Dilma e agora pelo governo Temer, sempre mostravam e mostra um déficit que não existe, pois considera somente as receitas e despesas do INSS. Assim, considerando toda receita da Seguridade Social, temos uma sequência de superávits, a saber: 2012 = R\$ 82,8 bilhões; 2013= R\$ 76,4 bilhões; 2014= R\$ 55,7 bilhões e 2015= 11,1 bilhões.

Vejam, abaixo, o Fluxo de Caixa do INSS nos anos de 2011 a 2015 (valores em bilhões):

Ano	Receita (Transf. RFB)	Despesa (Benefícios)	Saldo R\$
2011	325,6	298,1	27,5
2012	346,6	315,4	31,2
2013	363,4	334,3	29,1
2014	376,7	347,9	28,8
2015	357,4	351,9	5,5

Obs.: Os valores foram extraídos do Portal do Dataprev/Informar.

Portanto, quando o governo Temer afirma que a Reforma da Previdência é prioritária, e que sem ela o rombo nas finanças da Previdência tende a aumentar a ponto de, no futuro, não ter mais recursos para pagar as aposentadorias dos trabalhadores no serviço público e privado é uma grande mentira. O governo fala em R\$ 159 bilhões de rombo nas finanças públicas neste ano de 2017 e culpa os gastos com a Previdência Social Pública, o que não é verdade. No entanto, no final do ano de 2015 havia R\$ 374,9 bilhões de dívida previdenciária ativa (débitos de contribuintes, sendo 98%

empresários e R\$ 120,3 bilhões devidos pelos contribuintes ainda não inscritos em dívida ativa. Assim o valor a receber pela Receita Federal em 31/12/2015 totalizou R\$ 495,2 bilhões.

O governo Temer acabou de emitir a Medida Provisória 783/2017 que reduz este valor a receber em 50%, ou seja pela metade, concedendo perdão de 90% no juros e 50% na multa para pagamento a vista. Além da redução nos juros e multa, permite que a pessoa jurídica abata no valor devido parte dos prejuízos acumulados. Isso é, com certeza, um grande prêmio aos sonegadores e fraudadores, principalmente os denunciados na Lava Jato. Portanto, como falar em Reforma da Previdência com base num déficit que não existe? O governo perdoa as dívidas dos contribuintes devedores e ao mesmo tempo afirma que é necessário fazer a Reforma da Previdência porque é deficitária.

Quanto aos servidores públicos a contribuição retida pelo Governo é 11% sobre a remuneração. O artigo 231 da Lei 8112/90 afirma que a responsabilidade pelo custeio da aposentadoria dos servidores é do Tesouro Nacional. Portanto, não é correto falar em déficit no valor retido no salário do servidor e o pagamento das aposentadorias. A União nunca repassou contribuições patronais para constituir um fundo para pagamento da previdência dos servidores.

Assim, entendemos que a Reforma da Previdência, incluindo a dos servidores públicos é, com certeza, uma grande cilada objetivando privatizar a Previdência Pública com a previdência complementar. A Funpresp, por exemplo, faz parte desta cilada.

CSP-CONLUTAS: 11 ANOS FORTALECENDO A UNIDADE SINDICAL E POPULAR, CLASSISTA E INDEPENDENTE

Foi fundamental, decisivo em vários momentos, o papel que cumpriu nossa Central. Podemos nos orgulhar da luta que travamos para construir a unidade de ação com as Centrais, que possibilitasse um pólo de lutas para abrir caminho para a unidade com os setores populares e oprimidos do campo e da cidade e com os desempregados. Foi assim na articulação da greve nacional dos metalúrgicos de setembro de 2016 e no processo do início de 2017, quando lutamos para definir as jornadas unitárias e a greve geral para enfrentar as reformas.

A greve de 28 de abril, talvez a maior da história do país, só foi possível, em primeiro lugar pela disposição de luta dos trabalhadores. Mas a luta política da CSP-CONLUTAS, que durou meses, para que as cúpulas das grandes centrais aceitassem convocar a greve, foi decisiva. Soubemos defender a unidade, ao mesmo tempo denunciar a inação das grandes centrais e exigir a convocação da greve geral, buscando apoio na base para isso.

São com esses objetivos e compreensão que devemos fortalecer a CSP-Conlutas. Neste sentido, reivindicamos um sindicalismo combativo, classista e independente, pautado nas seguintes concepções:

- independência de classe da FENASPS;
- a mobilização como forma preferida de nossa luta;
- unidade do movimento sindical e popular. Esta unidade tem que ser política e financeira;
- apoio mútuo e solidariedade ativa entre os trabalhadores empregados e desempregados;
- a solidariedade internacional ativa como necessidade estratégica de nossa vitória;
- autonomia frente aos partidos e organizações políticas;
- método da democracia operária como o princípio para exercício de nossas lutas;

Por estes motivos, no XV CONFENASPS queremos aprofundar o debate sobre as Centrais Sindicais, colocando a CSP-Conlutas como alternativa de luta e independência da classe trabalhadora e, portanto, a preferida para filiação da FENASPS.

FINANÇAS E TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA

Referente às questões financeiras, ou de finanças, o Estatuto da FENASPS só trata, de maneira muito vaga, da punição às entidades filiadas que atrasarem as contribuições financeiras (artigo 11,

parágrafo único); da Receita e Despesa (artigo 36), da elaboração de relatórios financeiros (artigo 27, inciso III).

Pensamos que é necessário alterar as redações dos artigos acima, incluindo um capítulo e artigos que tratem somente das finanças. Assim, proponho o capítulo e artigos a seguir, com renumerações de todos objetivando ordenar.

CAPÍTULO (...)

Da Gestão Financeira, Patrimonial e da Prestação de Contas

Artigo (...) A Diretoria de Finanças, para cada exercício da gestão, elaborará proposta de previsão orçamentária que deverá ser apresentada, discutida e aprovada por toda Diretoria ou em Plenária especificamente convocada.

Parágrafo único: A proposta de previsão orçamentária deverá ser disponibilizada nos meios de comunicação usualmente utilizados pela FENASPS.

Artigo (...) A execução orçamentária e outras demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Fluxo de Caixa), para fins de acompanhamento pelas entidades filiadas e toda base dessas entidades, deverá ser divulgadas semestralmente pelos meios de comunicação usualmente utilizados pela FENASPS.

CAPÍTULO (...)

Do Patrimônio, das Receitas e Despesas

Artigo (...) O patrimônio da FENASPS será constituído:

- I-Pelos bens móveis e imóveis, equipamentos e utensílios diversos de sua propriedade;
 - II-Pelos ativos financeiros sob sua guarda e poder no caixa e depositados nos estabelecimentos financeiros;
 - III-Pelos bens e valores adquiridos e/ou recebidos em doação.
- §1º- Os bens imóveis não poderão ser alienados ou vendidos sem prévia autorização da Plenária Nacional, especificamente convocada para este fim, com no mínimo 2/3 de suas filiadas
- §2º- Os bens imóveis só poderão ser alienados depois de avaliados por uma comissão formada por pela Direção Nacional constituída para este fim.

Artigo (...) As receitas da FENASPS serão constituídas:

- I-Pelos recursos das mensalidades recebidas das entidades filiadas;
- II-Pelos rendimentos provenientes de operações financeiras e decorrentes de patrimônios da FENASPS;
- III-Pelas locações dos bens imóveis que a FENASPS possuir
- IV- Pelas contribuições referente a Fundos de Greve ou outras recebidas das entidades filiadas.

Artigo (...) As contribuições das entidades filiadas à FENASPS corresponde a 5% aplicado sobre as receitas de mensalidades recebidas dos filiados das entidades de base.

Artigo (...) Todas as operações de ordem financeira e patrimonial serão contabilizadas em livros contábeis Diário e Razão, escriturados por profissionais contábeis legalmente habilitado.

Parágrafo único: A escrituração contábil a que se refere este artigo será baseada nos documentos de receitas e despesas que, após

Artigo (...) Trimestralmente a Direção Nacional, através das Finanças, apresentará demonstrações financeiras em forma de Fluxos de Caixa analíticos, publicados pelos meios de comunicação usualmente usados pela FENASPS, após analisado e aprovado pela Diretoria Nacional.

Artigo (...) Anualmente serão elaboradas as demonstrações financeiras Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados, que serão apreciadas e levadas à aprovação da Plenária Nacional e depois publicadas no prazo de até 90 dias após o encerramento do exercício.

APROFUNDAR O DEBATE SOBRE CENTRAIS SINDICAIS

Propomos que a FENASPS faça um amplo debate sobre Centrais Sindicais, concepção de organização e estrutura sindical. Para efetivar essa ação, a FENASPS deve apoiar financeiramente a participação de seus diretores nas diversas Centrais que têm atuação na Federação. O mesmo deve ser estimulado entre os sindicatos de base e o XV CONFENASPS precisa aprovar uma orientação nesse sentido. Além disto, propomos que a FENASPS realize encontros ou seminários para debater os diferentes projetos das centrais e da organização dos trabalhadores, objetivando encaminhar a filiação.

Paralelamente, como forma de enraizar ainda mais a CSP-Conlutas nos sindicatos, entendemos que é necessário **que se realize uma plenária, no XV CONFENASPS** com todos e todas que reivindicam a filiação a uma central. Queremos impulsionar a filiação direta dos sindicatos e promover debates com vistas à filiação nos sindicatos que ainda não estão filiados à CSP-Conlutas e entre as oposições sindicais.

Nesse processo de fortalecimento, um importante eixo é a campanha que a CSP-Conlutas tem travado contra o imposto sindical. Este tema ganhou mais centralidade depois da traição das centrais que trocaram direitos dos trabalhadores pelo dinheiro do imposto e reafirmamos nossa posição de ser contra o imposto sindical.

REFORMA TRABALHISTA

A reforma trabalhista foi aprovada em 11 de julho pelo Congresso Nacional e sancionada por Temer dois dias depois, entrando em vigor no mês de novembro. Uma reforma que sempre vem ilustrada com imagens destruindo da carteira de trabalho representa um grande ataque aos direitos dos trabalhadores. Estes ataques afetarão todos os trabalhadores e trabalhadoras, de diferentes formas e tem como objetivo aumentar os lucros e fazer com que fique mais barato para os empresários e patrões contratar.

Para compor esse objetivo, retiram uma série de direitos históricos, conquistados com muita luta e, ao permitir que o negociado se sobreponha ao legislado, as leis perdem o poder de impor limites nos contratos de trabalho para proteção do trabalhador e da trabalhadora. Nesta toada, rebaixa os salários da classe trabalhadora e, sob o discurso de “privilégios”, o governo também prepara os ataques ao funcionalismo, como o PDV e outras medidas.

Além disso, a reforma trabalhista abre uma série de brechas para o aumento da terceirização em todo o serviço público. Nas universidades, que hoje já tem vários e postos de trabalhos terceirizados, ao invés de abrir concurso público, realizarão contratos com empresas privadas, em situação precarizada, piorando as atividades de toda comunidade acadêmica e enviando milhões de dinheiro público às empresas contratadas.

Neste sentido, a FENASPS deve fazer uma grande campanha de denúncia do que é a reforma trabalhista. Veja alguns pontos aprovados na reforma:

- aumento da jornada de trabalho para até 12 horas por dia, com 4 horas extras;
- horário de almoço poderá ser de 30 minutos;
- criação de duas modalidades de contratação precarizadas: *o trabalho "intermitente"*, por jornada ou hora de serviço, onde o trabalhador fica à disposição do patrão e só recebe quando é chamado para trabalhar, senão fica sem receber; e o *"teletrabalho"*, onde o trabalhador trabalha de casa e o patrão não se responsabiliza por horas extras, possível acidente de trabalho ou doença;
- demissão “em comum acordo”, que reduz para 20% a multa do FGTS, o aviso prévio cai para 15 dias e o trabalhador só pode sacar 80% do FGTS, sem direito ao seguro-desemprego;
- mulheres grávidas e mães em período de amamentação poderão trabalhar em locais insalubres, com atestado médico que pode ser emitido pela da própria empresa;

- libera demissões em massa, desobrigando a negociação com o sindicato;
- benefícios como auxílios, prêmios e abonos deixam de ser considerados parte da remuneração, não sendo contados para o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários;
- restringe o acesso à Justiça do Trabalho e estabelece o pagamento de custas processuais caso o trabalhador perca a ação, além de estabelecer multa em caso de “má-fé” e retirar a possibilidade de reclamação de direitos trabalhistas ao trabalhador que aderir a um programa de demissão voluntária.

Todas essas reformas representam um grande impacto na vida da classe trabalhadora e a aprovação dessa Reforma Trabalhista, junto da lei das terceirizações, vai aumentar o desemprego, os empregos temporários e informais, reduzir salários e aumentar acidentes e doenças do trabalho. Será um verdadeiro massacre contra nossa classe a serviço do lucro dos patrões.

TERCEIRIZAÇÃO: MASSACRE CONTRA A NOSSA CLASSE A SERVIÇO DO LUCRO

Quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), anunciou o Projeto de Lei (PL) sobre as terceirizações, retomou um projeto elaborado em 1998 e aprovado pelo senado em 2002, na época de FHC. Já aprovado o PL, a lei agora permite a terceirização em todas as áreas e não somente na "atividades meio", é a generalização das terceirizações. Sua finalidade é escravizar cada vez mais os trabalhadores e beneficiar os grandes empresários.

Isto porque, hoje, antes dos impactos desta lei, cada trabalhador terceirizado já recebe em média 35% a menos que os demais trabalhadores. Os terceirizados trabalham 7,5% horas a mais e contam com uma rotatividade muito grande. O plano do governo Temer e do Congresso é intensificar essa precarização, ou seja, salários menores, com maior jornada de trabalho e ainda com alta rotatividade.

Além da superexploração a que querem expor a classe trabalhadora, o resultado também será maior número de doenças (estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo e outras), acidentes e mortes por trabalho. Tudo isso sem nenhuma garantia trabalhista já que é o fim da chamada “obrigação trabalhista subsidiária”. Isto significa, na prática, que quando as empresas terceirizadas descumprirem a lei e não garantirem direitos como salário, por exemplo, as grandes empresas que contratam as terceirizadas vão lavar suas mãos, rifando qualquer garantia de direito do trabalhador.

Junta-se a esses elementos a total instabilidade: os prazos limite para os contratos dos trabalhadores temporários, passam de três para seis meses e pior, podem ser prorrogáveis por mais três. Isso significa a total desregulamentação do trabalho.

Assim, o cenário estabelecido após a aprovação da lei das terceirizações deve servir como combustível para impulsionar a movimentação e luta contra os retrocessos. Neste sentido, a FENASPS deve seguir na denúncia contra a terceirização e seus impactos, junto com a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Por isso, é necessário incorporar cada vez mais os terceirizados e as terceirizadas nas mobilizações, lutando contra as demissões, os ataques e à superexploração a que estão submetidos.

30 HORAS PARA TODOS, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS

Neste período de crise econômica e política que o país atravessa, a retirada de direitos e ataques à classe trabalhadora tem ocorrido numa velocidade superior ao que vínhamos acompanhando nos governos anteriores, que contaram com a sorte do crescimento econômico como forma de dissimular a implementação das políticas neoliberais. Mas, se por um lado, a mudança na conjuntura, expressa a falência do modelo de colaboração de classes do PT, por outro lado, desmascara que a sanha por lucros colide com direitos inegociáveis, como é o caso dos direitos trabalhistas e da Previdência Social.

É nesta conjuntura que está a luta pelas 30 horas dos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde e do Seguro Social. Uma conjuntura na qual os ataques da burguesia sobre os direitos da classe trabalhadora, vêm ocorrendo de uma maneira rápida e com grandes traições por parte direções

burocráticas. Se vemos férias, décimo terceiro, intervalos intrajornadas serem desrespeitados, imagine como ficam pequenas concessões como a redução de jornada! Ao mesmo tempo em que Temer apresenta um PDV, propõe a redução de carga horária com redução de salários, enquanto o desemprego só cresce no país. Assim, não podemos de maneira alguma abrir mão da jornada semanal de 30 horas de trabalho.

Não podemos mais ficar apenas no formalismo e partes técnicas, argumentando que é flexibilização da jornada, que vai ser melhor para a instituição, que vai aumentar a produtividade. Nossa defesa tem de ser de demarcar também no classismo, avançar para além dos argumentos técnicos e jurídicos, colocando a luta das 30 horas em seu lugar: é uma luta política por melhores condições de trabalho, uma luta para diminuir ao desemprego, fazendo com que a economia volte a crescer, uma luta por mais concursos públicos, ampliando o direito à educação. É uma luta que disputa um conceito de estado como forma de combate ao modelo neoliberal de Estado e ao Governo. É nestes marcos que também queremos ampliar as discussões sobre carreira.

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA E DA PRIMEIRA GREVE GERAL DO BRASIL

Sem aprender com as experiências passadas, seria impossível pensar uma estratégia para as lutas do nosso século. A Revolução Russa é considerada um dos principais eventos para nós trabalhadores porque pela primeira vez na história a classe trabalhadora teve em suas mãos o poder de seu próprio destino. E, neste ano em que se completa o centenário dessa revolução, nos perguntamos: que lições nós podemos aprender com principal revolução do século passado?

A explosão da Revolução Russa, não foi planejada, tão pouco estava na agenda dos partidos políticos ou foi produto do “alto nível de conscientização” das massas. Ao contrário, explodiu com os protestos das operárias da indústria têxtil contra as precárias condições de trabalho (08 de março no nosso calendário) e se estendeu como um rastilho de pólvora. O Czar foi derrubado, pondo fim a 300 anos de monarquia dos Romanov. Para tentar estabilizar o regime, entra em cena o governo provisório, de conciliação de classes que mal conseguia manter o controle.

Os socialistas revolucionários defendiam que o país adotasse o caminho do desenvolvimento autônomo, enraizado no movimento operário e no marxismo. Conhecidos como *bolcheviques* tinham como principal direção Vladimir Lênin (1870-1924) e faziam oposição ao governo. A situação da vida fica cada vez pior e, também contra os impactos Primeira Guerra Mundial, as massas se levantam e os bolcheviques lideram a Revolução que tomou o poder em 25 de outubro⁵ na chamada Revolução de Outubro.

Na sequência destes fatos, foi instalada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), professando o socialismo que inspirou gerações à esquerda no mundo todo. Lênin, com a saúde abalada, morreu apenas dois anos depois, sendo sucedido no comando da revolução por Josef Stálin (1878-1953). Depois do apogeu do poder soviético e do modelo socialista de organização econômica e social bem sucedido a partir de 1917, veio durante a Guerra Fria, período subsequente à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O nazismo foi derrotado e junto com isso, muitas das conquistas trazidas com a Revolução também, que foram sendo substituídas por um governo operário degenerado, criando uma nova elite dos altos oficiais do Partido Comunista. Apoiados na teoria do *socialismo em um só país*, Stalin cometeu atrocidades, genocídio, perseguições e abriu caminho para a inevitável derrota da revolução social.

Uma situação que se sucedeu até que, em 1991, as contradições e a insustentabilidade política se intensificaram após a abertura econômica promovida por Mikhail Gorbatchov. A crise econômica da década de 90, associada às pressões separatistas levaram à dissolução da União Soviética. Todavia, seu legado é sentido até hoje.

Desta forma, fica de aprendizado destes anos da presença do socialismo, que tornou uma nação essencialmente feudal e agrícola em uma potência social, econômica e tecnológica em poucos anos. Neste sentido, é essencial resgatar como a classe operária conseguiu dar vazão ao processo revolucionário daqueles anos de triunfo.

⁵ No então calendário adotado pela Rússia, o juliano, substituído depois pelo gregoriano, válido em todo o ocidente.

No início do processo revolucionário, desde as bases renasciam os sovietes, conselhos populares que, na sua origem, serviam para organizar as mobilizações, mas também começaram a servir como um “novo poder”. Foi neste cenário que um pequeno partido político “radical” aumentou sua influência, propondo que, para satisfazer as necessidades do povo, os sovietes deveriam governar, a paz deveria vir no lugar da Guerra Mundial, as terras deveriam ser divididas para que a reforma agrária fosse efetivada e o pão deveria chegar a todos os lares. Nesta linha, defendiam que os operários deveriam controlar as fábricas e a economia, as nações oprimidas tinham direito à autodeterminação, a opressão contra as mulheres deveria acabar etc.

Assim, apreende-se que nenhum partido pode “forçar” uma situação e “provocar” uma revolução. Todavia, nenhuma convulsão social espontânea será vitoriosa se não existir um pólo organizador, que direcione essa luta para transformar a convulsão social em luta organizada pelo poder. Uma pauta que está mais presente do que nunca.

Com a crise do capitalismo, caminhamos para um verdadeiro colapso, produto do esgotamento dos recursos naturais e da destruição em grande escala da natureza. Desta situação surgem as resistências cada vez maiores da classe trabalhadora que é quem produz toda a riqueza das nações. Por isso, a Greve Geral impacta e foi assim também em 1917: há 100 anos foi realizada a primeira Greve Geral no Brasil, e agora se repete.

Temos sim que parar o país contra as ações que destroem o estado brasileiro e as contra reformas do Governo Temer. Se há cem anos os trabalhadores e trabalhadoras incorporaram as grandes lutas de 1917, como a Greve Geral do Brasil inspirada na Revolução Russa, este é o momento que nós, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público temos que sair cada vez mais na defesa do que é público. Neste sentido, além de incorporar os anseios e as lutas dos TAEs, temos que buscar a unidade nas lutas com as outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

Esta unidade deve estar assentada na estratégia de impulsionar a luta por uma sociedade que realmente tenha todos os serviços públicos para atender a classe trabalhadora, ou seja, uma sociedade socialista. Somente assim, poderemos garantir que nossos filhos e filhas tenham uma vida digna, que as crianças possam crescer e se desenvolver, que os jovens tenham direito à juventude e que todos trabalhadores e trabalhadoras tenham direito a envelhecer com dignidade. Este direito que neste momento está sendo duramente atacado pelo Governo Temer com a proposta de reforma da previdência.

SOBRA DINHEIRO NA SEGURIDADE SOCIAL

Do orçamento da seguridade social faz parte a previdência social, a saúde pública e a assistência social. Suas fontes de recursos são: receitas da contribuição previdenciária pagas pelos empregados e pelos empregadores, impostos, receitas sobre as loterias organizadas pela Caixa Econômica Federal, dentre outras. Assim, o resultado orçamentário é composto pela soma do total das arrecadações menos as despesas da seguridade. Dessa forma, nos últimos anos a seguridade social apresentou sucessivos *superávits*⁶.

A ANFIP há anos vem divulgando o fluxo de caixa da Seguridade Social. Ao contrário do que os governos passados, e atualmente Temer, vem dizendo, a Seguridade Social vem tendo saldos positivos, a saber: 2006 (R\$ 59,9 bilhões); 2007 (R\$ 72,6 bilhões); 2008 (R\$ 64,3 bilhões); 2009 (R\$ 32,7 bilhões); 2010 (R\$ 53,8 bilhões); 2011 (R\$ 75,7 bilhões); 2012 (R\$ 82,7 bilhões); 2013 (R\$ 76,2 bilhões); 2014 (R\$ 55,7 bilhões); 2015 (R\$ 11,1 bilhões). No ano de 2015, mesmo com a crise, a Receita da Seguridade Social totalizou R\$ 694,3 bilhões e as Despesas R\$ 683,1 bilhões. A ANFIP elaborou uma cartilha e registrou em Cartório. Esta iniciativa deixou o governo Temer muito irritado a ponto de ajuizar uma ação judicial a obrigando voltar atrás.

Assim, para chegar ao falacioso *déficit* da Previdência, os governos de plantão realizam uma enorme “manobra contábil” e consideram apenas as contribuições pagas pelos empregados e pelos empregadores sobre a folha de pagamento, desconsiderando as outras receitas da seguridade social

⁶ *Superávit*: saldo positivo, valor que “sobra”, “ganhos”, quantia a mais.

como PIS/Pasep, COFINS e outras receitas que não somem as contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento.

O que o governo atual, e anteriores, demonstram como comprovação do falso déficit que, segundo eles, pode levar a Previdência Social à falência, é o Fluxo de Caixa (receitas e despesas financeiras) da Seguridade Social. A título de exemplo, demonstramos os totais recebidos e pagos nos anos de 2014 e 2015 (em R\$ bilhões): Fonte: ANFIP e Receita Federal (Informar Dataprev)

Receitas

Descrição	Ano 2014	Ano 2015
Receita Previdenciária Líquida	350,9	352,6
Cofins	195,9	200,9
Contribuição Sobre Lucro Líquido PJ	63,2	59,7
Pis/Pasep	51,8	52,9
Concursos de Prognósticos e Outras	4,8	5,4
Receitas Órgãos Próprios Seg. Social	19,4	20,5
Transferências Orçamento Fiscal	1,8	2,2
Total	687,8	694,2

Despesas

Programas Sociais	Ano 2014	Ano 2015
Benefícios Previdenciários Urbanos	303,5	336,3
Benefícios Previdenciários Rurais	88,7	98,0
Compensações Regimes Próprios	2,0	1,8
Assistenciais Idosos – LOAS e RMV	17,7	18,5
Assistências Deficientes- LOAS e RMV	19,9	23,3
EPU- Legislação Espacial	1,8	2,2
Saúde-Despesas Ministério da Saúde	94,2	102,2
Assistência Social – Despesas MDS	7,0	5,4
Previdência – Despesas MPS	7,8	8,2
Outras Ações – FAT	52,4	48,7
Bolsa Família	26,2	26,9
Outras ações Seguridade Social	10,9	11,5
Total Programas Sociais	632,1	683,1

Como se vê no quadro acima, nesses dois anos houveram superávits nas contas da Seguridade Social. O que os Governos tem feito é desviar dinheiro do caixa do INSS, como por exemplo para as DRUs-Desvinculações das Receitas da União, destinando tais valores para pagamento dos encargos da dívida pública (juros e amortizações) e também para pagamento de outras despesas que não deveriam ser pagas pelos cofres da previdência como, por exemplo, o bolsa família. O mesmo vem ocorrendo há anos nos governos FHC, Lula e Dilma. Vejam, por exemplo, os valores desviados da título de DRU-Desvinculação das Receitas da União, para produzir superávits para pagamento de juros da dívida pública:

DRU-DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (R\$ bilhões)

Contrib. Sociais	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Cofins	36,3	39,9	39,2	40,2
CSLL	11,5	12,5	12,6	11,9
Pis/Pasep	9,5	10,2	10,4	10,6
Outras Contr. Sociais	0,8	0,8	1,0	1,1

Total	58,1	63,4	63,2	63,8
-------	------	------	------	------

Obs.: A Emenda Constitucional 93/16 prorrogou a DRU até 2023 e ampliou de 20% para 30%

LUTAR É PRECISO

As mobilizações dos trabalhadores ocorridas este ano a partir de um calendário de lutas contra as reformas foram um importante instrumento para frear os ataques aos direitos de nossa classe. É necessário retomar as mobilizações, dizer não a qualquer reforma que ataque direitos e avançar no sentido de revogar as medidas já aprovadas e de uma política de proteção contra o desemprego imotivado. Enfim, derrotar as sucessivas propostas de ajuste fiscal dos governos de plantão. Se esta situação não for barrada, veremos em breve acontecer em todo o país o mesmo desmonte e caos que se vive o Rio de Janeiro.

GÊNERO E CLASSE

A opressão da mulher é um problema de classe, não de gênero. Tivemos uma mulher na presidência da República no Brasil e nada mudou para as mulheres trabalhadoras. Foi sob sua caneta que foram editadas as Medidas Provisórias 664 e 665, que mudaram as regras da pensão por morte, seguro desemprego, abono salarial e auxílio doença, atacando diretamente as mulheres trabalhadoras. Foi também no Governo de Dilma que foram ignoradas as reivindicações dos movimentos feministas de legalização do aborto e foi ela quem se dobrou à bancada evangélica e recuou ao quanto à aprovação do Kit anti-homofobia.

Este exemplo mostra que não é suficiente para garantir avanços e conquistas ter uma mulher na presidência. Só será possível a total libertação da classe trabalhadora com o fim da opressão e da exploração. Para isso, é essencial a discussão e realização de medidas e deliberações que caminhem no sentido do fortalecimento dos setores oprimidos.

MULHERES DE LUTA

No último dia 08 de março, mulheres de todo o mundo deram um grande ponta pé na organização da classe trabalhadora. No Brasil, lutamos contra a retirada de direitos, contra as reformas iniciadas nos governos petistas e continuadas por Temer. As mulheres que foram duramente atacadas com a aprovação da reforma trabalhista e a lei da terceirização, projetos que atendem só aos interesses do imperialismo, serão ainda as mais prejudicadas com a Reforma da Previdência se não for barrada. Isto porque a reforma da previdência ignora a jornada contínua e ininterrupta da mulher, propondo elevar a idade mínima para aposentar aos 62 anos.

Além disso, as mulheres ganham em torno de 30% menos que os homens, ocupando o mesmo cargo. No caso das mulheres negras, a situação é ainda mais grave, chegando a 40% a diferença entre os salários e ocupam os postos de trabalho mais precarizados. Nas Universidades essa situação se acentua com as terceirizações, com as diferenças astronômicas nos salários, refletindo nas relações de trabalho através do aumento dos assédios, exploração e rotatividade de trabalhadoras terceirizadas.

Vivemos uma conjuntura que tende a acirrar a opressão e exploração nas relações de trabalho e, não muito diferente, nas relações dentro dos nossos sindicatos. A política contra o machismo nos sindicatos muitas vezes não passa das resoluções congressuais das nossas entidades. Precisamos dar um passo à frente, combater internamente os atos de desrespeito, assédio e às vezes até agressões físicas.

Além disto, é preciso também reafirmar o papel protagonista que as mulheres negras, que lutam diariamente contra exploração e ainda sofrem a dupla opressão: por serem mulheres e negras.

DANDARA VIVE! MULHERES NEGRAS NÃO PARAM DE LUTAR!

O caráter da escravidão continua mesmo após 129 anos da abolição. A mulher negra ainda vive na base da pirâmide social, representa a maior cota no trabalho doméstico, na terceirização, no trabalho informal e no trabalho temporário. Dados do período de 2004 a 2014 constatam esse fato:

39,1% das mulheres negras ainda ocupavam postos precários, com renda de até dois salários mínimos, sem carteira assinada. Só em 2009, existiam 7,2 milhões de brasileiros trabalhando em limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios, sendo que 61,6% do total, ou seja, 4 milhões eram negros e negras. A taxa de desemprego em 2009 era de 12% entre mulheres negras, comparada a 9% para mulheres brancas. Comparativamente, em termos de escolaridade, em 2011, a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto entre mulheres negras era de apenas 9%. Ou seja, os dados revelam que há hierarquia de gênero e raça.

Uma situação que será intensificada com a recente aprovação da reforma trabalhista, levando cada vez mais mulheres negras à miséria e à degradação social. Num país em que 39,8% das mulheres negras são chefias de família e que há famílias inteiras em que a única renda é o benefício da Previdência, não é difícil imaginar quem mais será prejudicada com a reforma da Previdência.

As mulheres negras começam a trabalhar muito cedo e na informalidade. Diminuir o valor do benefício, colocando abaixo do salário mínimo, bem como dificultar a aposentadoria, aumentando a idade, é uma política de liquidação dos mais pobres. É a volta da lei dos sexagenários do período da escravidão porque muitos morrerão no meio do caminho. É por isso que mulheres não param de lutar!

11 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA E NADA A COMEMORAR

O Brasil ocupa o 5º lugar no mundo em assassinatos de mulheres: mais de 100.000 mulheres foram assassinadas entre 1980 a 2013 em um ritmo crescente ao longo desses anos. São mortas 13 mulheres por dia e, em 2014, a média era 4.757 mulheres assassinadas por ano. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil e, somente em 2015, foram registrados 40 mil casos de estupros. Estima-se que esses números representam apenas 10% dos casos reais, pois as mulheres não sentem protegidas e resguardadas para procurarem ajuda, muitas das vezes são culpabilizadas de terem provocado o ato.

Todos esses índices nada avançaram no combate à violência contra a mulher com a aprovação da Lei Maria da Penha. Após 11 anos de sua implementação, o que vimos tanto no Governo Dilma como no Governo Temer foi que nada avançou. Com valores irrisórios para políticas de combate à violência, o Governo Temer cortou 61% em um orçamento já super-reduzido: os valores caíram de R\$ 42,9 milhões para 16,7 milhões. Os governos estaduais e municipais seguem a mesma cartilha. Dória (PSDB), prefeito de São Paulo, cortou R\$ 3 milhões do orçamento de políticas para mulheres, mesmo com o aumento de 31% nos casos atendidos. Esse é um dos principais motivos pela ineficiência da lei num Estado burguês governado por neoliberais.

Essa violência contra as mulheres é ainda maior quando vemos nossos filhos e filhas, netos e netas, sendo executados pelo Estado em uma política racista de extermínio da juventude negra e pobre.

GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO JOVEM E NEGRA

Daqui a 23 minutos um jovem negro será assassinado no Brasil. Serão mortos mais de 23 mil jovens negros, entre 15 e 29 anos, pois essa é a média anual do extermínio em nosso país. Esse número é quatro vezes maior do que a taxa entre jovens brancos e reflete um padrão: 53% das vítimas são jovens; destes, 77%, negros, e 93% do sexo masculino.

Isso não causa espanto para quem vive nas periferias do Brasil, onde, cotidianamente, os jovens são vítimas da completa ausência de políticas públicas. Este Estado faz questão em jogar nas nossas costas a falta de política social que é responsabilidade dele e assim tem uma política de extermínio da juventude negra cujas raízes estão na escravidão e há muito, se apóia em teorias escravistas e capitalistas, como o discurso raciológico, que tipifica as pessoas a partir de sua raça, e eugenista, que estabelece a branquitude como padrão superior e civilizatório.

Essas ações são reforçadas com o mito da democracia racial, dizendo que o Brasil não é país um racista, que é desmascarada pela falta de políticas públicas de inclusão e de reparação social. Nas universidades, sabemos muito bem onde encontrar os negros: nos piores serviços, na terceirização. Esta situação revela a política racista institucional do Estado brasileiro, que coloca os lucros acima das

vidas, uma realidade que não consegue esconder o chicote, uma política de morte que é estendida aos outros setores oprimidos no Brasil, como a população LGBT.

A título de proposta, precisamos aprovar neste XV CONFENASPS uma resolução que garanta cotas para negros e negras na direção da FENASPS, e indicativo para que os Sindicatos filiados tenham a mesma iniciativa.

PLANO DE LUTAS

Ao longo desta tese discutimos os principais elementos que nos afligem e por diversas vezes tentamos demonstrar como nenhuma resposta dentro do capitalismo será capaz de superar todos os nossos problemas. Isso porque a razão da existência do capitalismo é baseada na exploração como forma de manutenção do lucro. Por isso, precisamos romper com a lógica de que o lucro está acima das vidas, acabar com a exploração, acabar com a burguesia e acabar com o capitalismo. Portanto, nossa tarefa central tem que ser de destruir o capitalismo e aí sim construir uma sociedade justa e igualitária que é a sociedade socialista.

Esta estratégia deve ser refletida no plano de lutas da nossa Federação, expressando também as nossas tarefas imediatas para que possamos conseguir finalmente revolucionar! Por isso, nosso plano de lutas deve ser:

- Fora Temer e todos os corruptos!
- Pela revogação da lei das terceirizações e da reforma trabalhista
- Contra a Reforma da Previdência e todas as Reformas que retirem direitos conquistados pela classe trabalhadora.
- Pela criação do Ministério da Seguridade Social, incorporando servidores da Previdência, Saúde e Assistência Social ou volta do Ministério da Previdência Social, voltando para o âmbito do mesmo toda arrecadação para a seguridade social, conforme previsto nos artigos 194 a 204 da Constituição Federal.
- Pela contratação, através de concursos, com estabilidade e paridade de mais servidores, além de contratações dos servidores aprovados no último concurso para o INSS;
- Contra todas as medidas que atacam o funcionalismo como o PDV e os demais ataques
- Construção da Greve Geral de 48 horas, unificada com todos os trabalhadores privados e do serviço público das três esferas de governo (municipal, estadual e federal).
- Construir a unidade da classe trabalhadora: organizar nos estados e municípios fóruns e comitês que unifiquem os lutadores, os sindicatos e os movimentos sociais e populares para organizar e encaminhar as lutas
- Contra o machismo, o racismo e a homofobia. Por cotas raciais e de gênero na direção da FENASPS e demais entidades filiadas.
- Atuar no internacionalismo classista como forma de ruptura com esse sistema, na visão de que a luta das classe trabalhadora e das seguridade social é internacional.
- Disputar a consciência da classe trabalhadora e não buscar dar estabilidade ao regime capitalista. Destruir o capitalismo e construir uma sociedade sem explorados e explorados, uma sociedade socialista.
- Encaminhar a discussão e aprovação de um indicativo à filiação da FENASPS à CSP CONLUTAS, logicamente após ampla discussão numa Plenária Nacional sobre Centrais Sindicais, concepção de organização e estrutura sindical. O mesmo deve ser estimulado entre os sindicatos de base e o XV CONFENASPS. Para isso este CONFENASPS precisa aprovar um indicativo nesse sentido. Além disto, propomos que a FENASPS realize encontros ou seminários para debater os diferentes projetos das centrais e da organização dos trabalhadores, objetivando encaminhar a filiação.

Paralelamente, como forma de enraizar ainda mais a CSP-Conlutas nos sindicatos, entendemos que é necessário **que se realize uma plenária, no XV CONFENASPS** com todos e todas que reivindicam a filiação a uma central. Queremos impulsionar a filiação direta dos sindicatos e

promover debates com vistas à filiação nos sindicatos que ainda não estão filiados à CSP-Conlutas e entre as oposições sindicais.

Nesse processo de fortalecimento, um importante eixo é a campanha que a CSP-Conlutas tem travado contra o imposto sindical. Este tema ganhou mais centralidade depois da traição das centrais que trocaram direitos dos trabalhadores pelo dinheiro do imposto e reafirmamos nossa posição de ser contra o imposto sindical.

UM CHAMADO À CONSTRUÇÃO DA FENASPS COMBATIVA E DE LUTAS

O XV CONFENASPS se torna, mais do que nunca, urgente como método de ampliar o debate, apresentar as diferentes análises e políticas para a atual conjuntura. Este debate precisa ser aprofundado dentro da FENASPS e demais entidades filiadas e reafirma que se não aprendermos com a história, poderemos perder o bonde e desorganizar e desmobilizar os servidores da nossa categoria e demais, e toda classe trabalhadora. Não podemos permitir vacilações na organização dos trabalhadores e este foi esforço desta longa tese.

Queremos, a partir desta tese, consolidar os elementos que nos unem, **demarcar o viés classista e contra a conciliação de classes dos ativistas que dirigem a entidades classistas no Brasil**. Queremos que esta tese, assim como as anteriores, faça parte do nosso histórico de acumulação teórica e ideologia política, marcando nossas diferenças e posições, o que é democrático. Esta reflexão deve virar prática cotidiana, sempre em unidade com os demais trabalhadores públicos e privados em todo Brasil.

E, junto com isso, **queremos convidar** cada companheiro e companheira que se unam a nós e a **se somar nas lutas tendo como referência a independência de classes, a luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia, a organização pela base e a mobilização como forma de lutas**. Queremos convidar todos e todas a romper com o corporativismo, para uma **luta unificada da classe trabalhadora, encaminhando a discussão pela filiação da FENASPS à CSP-Conlutas**. Por fim, queremos que cada trabalhador e trabalhadora nunca perca do horizonte que a nossa maior luta é luta pela transformação social, **a luta por uma sociedade socialista!**

Assim, fechamos nossa tese comemorando o centenário da maior revolução da história da classe trabalhadora, quando os operários russos tomaram o poder por meio dos soviets (conselhos de representantes de operários, camponeses e soldados). Destruíram o estado burguês. A Revolução de Outubro foi um dos fatos centrais da história contemporânea: Ao lado da Primeira Guerra Mundial abriu uma nova época no mundo capitalista, que Lenin havia definido em 1914 como de guerras e revoluções no mundo inteiro.

Temos certeza de que outros outubros virão, pois não podemos conviver eternamente com as profundas desigualdades geradas pelo capitalismo. De um lado as favelas, sub-habitacões, miséria, desemprego e de outro lado as mansões, riquezas concentradas nas mãos de poucos. Viva o centenário da Revolução de Outubro! Por uma FENASPS classista, de luta, independente de Governos, caminhando em unidade com toda classe trabalhadora e movimentos populares, rumo a uma sociedade sem explorados e explorados, uma sociedade socialista.

Assinam esta tese:

Walter Miranda – Receita Federal-Araraquara/SP

Rozária Araujo Lima/Saúde – SP

Heloisa D’Ólio – INSS-Araraquara/SP

Luís Fernando Rodrigues de Carvalho-RJ

José Carlos do Canto-RJ

Solange Miranda Lobo – RJ

Jenie Gravronsk – RJ

Eurisma Gomes-RJ

Anisio Ribeiro-INSS-Araraquara/SP.

Auro Medici-Saúde-Itápolis/SP.

